

A INCLUSÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO: NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Luzitania do N. Morais Souza
Irongina de Fátima Silva
Wanda Pereira de Lima

RESUMO: A inclusão de deficientes na educação infantil e séries iniciais, é um tema e uma questão muito recente, há muito que aprender para de fato tornar a sociedade e a educação brasileira realmente inclusiva. Numa sociedade capitalista com classes sociais distintas e antagônicas é preciso fazer varias inclusões e uma delas são os deficientes auditivos que foram durante muitos séculos duramente excluídos da sociedade. A trajetória da Educação e o processo de inclusão foram marcados por grandes obstáculos, mesmo a garantia prevista na legislação ainda requer a continuidade das lutas em defesa de que essa inclusão se efetive de verdade. Ainda se faz presente no papel. Entender o processo de inclusão ao longo da história requer um estudo nos registros, que se fazem presentes em publicações como livro, artigos, na legislação, nas políticas pública e outros. As compreensões de como essas pessoas foram sendo incluídas no contexto da educação e da sociedade na trajetória educacional, a implantação da proposta de educação inclusiva no Brasil, segue diferentes caminhos. Este trabalho tem como proposta básica perceber como os professores podem com o processo de inclusão de crianças deficientes auditivas na fase inicial dos seus estudos, fase decisiva para o desenvolvimento integral da criança na educação infantil e séries iniciais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Surdos, inclusão, formação de professores.

Introdução

O olhar atento e os cuidados especiais do professor: com a criança deficiente auditiva na Educação Infantil é o foco central deste trabalho de TCC. A metodologia segue os princípios básicos de um estudo de referencial bibliográfico, pautado em livros publicados, artigos científicos, revistas, na legislação brasileira e nas políticas públicas sobre a inclusão.

A inclusão de deficientes na educação regular é um tema e uma conquista recente a população brasileira ainda tem muito que aprender para transformar a nossa sociedade culturalmente e historicamente excludente em uma nova sociedade onde todos sejam incluídos em todos os aspectos: social, cultural, religioso, e em especial a inclusão na educação.

A história da educação brasileira foi construída de forma contraditória e dual onde o direito a educação e o acesso à cultura durante muitos anos foi privilégio de poucos. E quando se percebeu a necessidade de escolarização para as camadas sociais de menor poder aquisitivo foi uma escola diferente e com foco maior na preparação de mão de obra para atuar na indústria.



Numa sociedade capitalista com classes sociais distintas e antagônicas é preciso fazer várias inclusões e uma delas se refere aos deficientes duramente excluídos da sociedade por um longo período.

O texto final será constituído de três partes. A primeira discute: os aspectos conceituais e históricos da criança e do professor de Educação Infantil, os tipos de deficiência, e a deficiência auditiva.

A segunda parte se refere aos aspectos legais, discute a função da escola e professores com a inclusão do deficiente na Educação neste início de século.

A terceira parte traz reflexões focadas no olhar atento e nos cuidados que o professor deve ter com as crianças deficientes auditivas na educação infantil e séries iniciais.

A educação inclusiva no contexto da educação brasileira

Tratar da evolução da Educação no processo de inclusão requer baseamento em alguns estudiosos no assunto, entender como essas pessoas ao longo da história foi sendo tratada no contexto da educação e da sociedade, a implantação da proposta de educação inclusiva no Brasil, segue diferentes caminhos.

A questão da inclusão é hoje um desafio, tema discutido e muito polêmico não somente no campo da educação, mas na família e em toda a sociedade, sem dúvida são discussões importantes quando se pretende as implantações desses ideais. A inclusão é um espaço amplo, onde englobam os aspectos sociais, culturais e políticos que envolvem toda e qualquer relação interpessoal existente na escola e fora dela.

Falar de crianças deficientes auditivas remonta uma volta ao passado. No início da história da humanidade essas pessoas sofriam sérias sanções, castigos e na maioria dos casos estavam condenadas a morte. Muitas pessoas deficientes eram amarradas, estigmatizadas, jogadas de penhascos, proibidos de disporem dos seus direitos legais, de constituírem suas próprias famílias, um passado que proibiu o direito essencial do ser humano. a vida.

Os estudos de Vasco, (2010 apud ROSA; 2011 p.149) faz a seguinte declaração: “em muitas sociedades antigas, crianças que nasciam com algum “defeito” eram sacrificadas, jogadas em abismos ou excluídas para não viver na sociedade”. No caso das crianças surdas, como seu “defeito” era descoberto tardiamente, estas eram isoladas num local à parte da



sociedade, deixadas distantes da cidade para que não convivessem com as pessoas consideradas naquela época “perfeitas”.

Partindo desse pressuposto, percebe-se que a luta dessas pessoas pela sobrevivência foi construída com muita violência, o ser humano com deficiência auditiva era um ser inútil, incompleto em seu todo pessoal por não corresponder a uma expectativa e um padrão idealizado de ser humano.

Na opinião de Mazzotta (2005), a defesa dos deficientes só foi possível a partir do favorecimento de um clima social que possibilitou a reversão das condições dessa comunidade, que se transformou numa luta defendida por iniciativa de alguns leigos ou profissionais demonstrando que esses deficientes podiam ser úteis à sociedade mesmo com suas deficiências.

Alguns deles conseguiram sobressair como líderes da sociedade. A partir daí teve início o processo de sensibilização impulsionando propostas para organização de medidas que viesse a atender as pessoas com necessidades especiais uma vez que perceberam o potencial desses deficientes.

Miranda (2003) acredita que, foi no final do século XIX, e meados do século XX que se criam as escolas especiais ou classes especiais em escolas públicas, visando oferecer a pessoa deficiente uma educação a parte.

Marchesi (2004 apud, SCALIANTE 2012, p.18), faz a seguinte observação sobre os movimentos sociais em defesa de igualdade para todos no século XX.

A educação especial viveu profundas transformações durante o século XX. Impulsionada pelos movimentos sociais que reivindicavam mais igualdade entre todos os cidadãos e a superação de qualquer tipo de discriminação, incorporou-se, aos poucos, ao sistema regular e buscou formulas que facilitassem a integração dos alunos com alguma deficiência. (MARCHESI, 2004, p. 15).

Esse novo modelo de educação, defendido pelos movimentos sociais e assegurados nas políticas nacionais, identificou a necessidade de uma imensa reforma no sistema educacional brasileiro e essa remodelação tem por finalidade atender as necessidades desse aluno da melhor forma possível, organizando e realizando propostas pedagógicas de uma escola para todos.

Desde o nascimento a criança interage através da linguagem, e através dela tem se a capacidade de se socializar, expressar, comunicar, tem acesso aos valores e culturas, no caso



das crianças com deficiência auditivas, a metodologia é diferente. Como trabalhar a aquisição da linguagem desse grupo? Como alfabetizar esse sujeito, sendo que eles são assegurados pela lei? Crianças com qualquer deficiência têm direito a frequentar a escola regular, pois lá é o lugar onde se cumpre o papel socializador.

No tocante da aquisição da linguagem dessa minoria, se dá com a capacidade humana de significação que se faz presente como competência específica para a produção e decodificação dos signos, permitindo que através dela reproduzam significados.

Fernandes e Correa (2010 apud GONÇALVES e SANTOS; 2012 p. 3) faz o seguinte comentário. “Através da aquisição de um sistema simbólico, como é o da língua, o ser humano descobre novas formas de pensamento, transformando sua concepção de mundo [...] propiciar a pessoa surda a exposição a uma língua o mais cedo possível, obedecendo às fases naturais de sua aquisição é fundamental ao seu desenvolvimento”.

Ressalta-se que a educação é direito de todos, e ela é a base para uma sociedade justa e igualitária, se todo o ser humano aderisse a esse pensamento, e lutasse para que esse fato se realizasse com grande êxito, o país teria sim uma educação de primeiro mundo. No Artigo 208 da Constituição Brasileira, encontramos que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III – “atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

Os cuidados e atenção especial que o professor deve ter com os deficientes auditivos na fase inicial da escolarização.

A tentativa de entender os paradigmas da educação, uma problemática que merece maior destaque é a formação dos professores, por se tratar de um tema atual na educação, percebe-se entre os professores da educação infantil e séries iniciais, que, muitos são iniciantes nessa área, essa formação está sempre em discussão, pois o educador deve ter uma conduta psicológica e qualificação de práticas para atender a necessidade integral desse grupo, por considerar que uma de suas principais atribuições é a de mediador da construção do conhecimento no um espaço escolar heterogênea.



O próprio conceito da palavra formação é iluminador, um conjunto de elementos que forma uma dimensão pessoal, é instruir, educar, e esses caminhos e desafios diante desse cenário estão lançados para o professor, essa formação está pautada aos complementos de conhecimentos individuais e coletivos.

É relevante pontuar que infelizmente as grandes partes dos profissionais da educação não receberam formação, nem atenção psicológica para trabalhar pedagogicamente para atender esses alunos. Vale ressaltar também que não foram levadas em conta as realidades estruturais das escolas que atendem esses alunos da educação inclusiva, que são diferentes dos demais e merecem atenção e tratamento adequado.

Segundo Libâneo e Behrens (1998-1996 apud MILEO e KOGUT; 2009 p.6)“os professores que participam de formação continuada percebem que podem mudar, aprendendo e reaprendendo diante dos desafios ocorridos durante a sua prática. Isso através de uma ação crítico-reflexivo praticada pelo docente ao final de seu horário de aula, pontuando assim o que precisa ser melhorado e o que deve ser mantido em seu planejamento”.

Partindo desse pressuposto, essa formação vem de encontro com o professor para auxiliá-lo em suas práticas pedagógicas a serem analisadas, discutidas e reformuladas se for o caso, quaisquer alterações que direcionam seu progresso na didática em sala de aula que possa contribuir para o desenvolvimento integral do seu educando.

Segundo Machado e Lunardi-Lazzarin (2010), a formação de professores de surdos no campo da inclusão é um dispositivo de governamentalidade dos sujeitos-docentes já que produz efeitos de verdades específicos nos discursos. Na atual conjuntura, a formação docente vem com estratégias precisa na constituição de um corpo de sujeitos-professores interessados e sensibilizados nessa política.

Dessa forma, a educação é um direito básico para todos, e a instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças independentes que suas deficiências seja ela, visual, auditiva ou física.

É importante reafirmar que essa busca pela inclusão é contínua e cabe ao professor cumprir o seu papel de socializador, buscando qualificação e formação. Os desafios vivenciados por ele, promove situações favoráveis ao desenvolvimento de habilidades sociais que terão resultados positivos de aprendizagem, e que a criança com deficiência seja de fato incluída na educação infantil e nas séries iniciais, de forma interativa.



Eles não podem continuar sendo, não seja estigmatizada pelos demais alunos ditos “normais” e que não se sintam excluídos, precisam receber atendimento que possibilite seu desenvolvimento em todo âmbito.

Considerações finais

Falar ou pesquisar sobre a surdez no Brasil e no mundo em especial nas nossas escolas, nos levou a uma volta ao passado. É lamentável saber que durante muitos séculos e até poucos anos atrás essas pessoas eram marginalizadas pela sociedade, e ainda continuam sendo, uma vez que as políticas públicas de inclusão são recentes.

Os estudos nos mostrou que, essas pessoas viveram sérios problemas de exclusão em cada sociedade onde viveram e ainda vivem. O que determinou o tratamento dispensado a elas em cada período histórico nas diferentes sociedades esteve ligado a cultura de cada sociedade bem como a forma de enxergar essas pessoas, embora tenha havido diferenças, de tratamento, algo em comum aconteceu com todas elas independente da sua cultura ou nacionalidade. O descaso e o desprezo por elas foram totais em todas as sociedades por longos períodos e séculos.

Prova desse descaso esta marcado com o tratamento dispensado a elas por muito tempo conforme esse relato “Na antiga China eram jogados no mar, Em Esparta jogados do alto do Penhasco ou Rochedo, Os Gauleses os sacrificavam em rituais, Na Grécia em Roma eram considerados retardados”. (BIGOGNO, 2016, p.1).

O aumento de casos de nascimento de surdos nas famílias nobres, em razão dos casamentos que se davam em família no intuito de não dividirem com outros os seus patrimônios. Causou uma preocupação da Igreja que dependia de doações dos nobres.

Sendo responsável pela condenação dos deficientes por considerá-los incapazes de professarem sua fé. Seus representantes preocupados com a perda de doações, da Igreja, procurou uma alternativa para resolver o problema. No caso a solução foi encontrada em um grupo de padres que para não divulgar o saber intelectual restrito a eles, inventou uma língua de sinais, e foi aí que passaram a utilizá-la com os surdos da nobreza que aumentava a cada dia. .



O Brasil foi descoberto no início do século XVI, nesse período, já havia uma preocupação com os surdos filhos de famílias nobres. Segundo Bigogno (2016) em 1869 já havia 550 professores de surdos espalhados pelo mundo com destaque para os Estados Unidos que detinha 41% deles. No Brasil, em 26 de Setembro de 1857, foi fundado pelo Frances Ernest Huet e pelo imperador D Pedro II, O Imperial Instituto dos Surdos Mudos, no Rio de Janeiro.

E assim a luta e a continuidade de escolas especializadas foram sendo ampliadas em varias capitais brasileiras, Segundo Godoi, Santos e Silva (2013) a primeira legislação brasileira sobre a educação de surdos no Brasil tem inicio em 26 de Setembro de 1867.

Porem ressalta-se que o grande marco sobre os direitos e as políticas públicas para a educação do deficiente surdo acontece a partir da Constituição de 1988 e LDB, 9394/96 que declara a educação como direito de todos e dever do Estado da família e colaboração com a sociedade.

A partir da lei a Educação Especial passou a ser uma modalidade da Educação básica com políticas especificas de inclusão para os deficientes de qualquer natureza com atendimento especializado em salas da educação regular. Foi instituído políticas públicas com diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial, O professor precisa se especializar se capacitar para lidar com os especiais. A escola deve disponibilizar um profissional capacitado para dar atendimento especial ao aluno com deficiência auditiva desde a educação infantil.

Ter tratamento adequado e especializado é um direito da criança em qualquer circunstancia em especial quando apresenta alguma deficiência. Cabe ao Estado a Família a Escola e a sociedade garantir a ela esse direito assegurado em lei.

Observando o comportamento de alguns professores em sala de aula com crianças surdas, percebe-se que o professor precisa aprender muito, buscar se qualificar para compreender e estar melhor preparado para lidar com crianças especiais com deficiência auditiva

Referências



BIGOGNO, Paula Guedes. **Cultura, Comunidade e Identidade Surda: O que querem os Surdos?** 2017. Acesso em pgbigogno@gmail.com em 31/03/2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96. Disposições Constitucionais.** Lei 9.424, 24 de Dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1997.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto Constitucional Promulgado em 5 de Outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal: Edições Técnicas, 2006.

COOL, Cesar; Marchesi, Álvaro; Palácios, Jesus. **DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO E EDUCAÇÃO:** Transtorno de desenvolvimento e necessidades educativas especiais, Porto Alegre: Artmed, 2004.

GODOI, P; SANTOS, M.F; SILVA, V. F. **Língua Brasileira de Sinais no Contexto Bilíngue.** Monografia (trabalho de Conclusão de Curso de especialização) – Faculdades FACCAT.Tupã, 2013

GONÇALVES, Arlete Marinho e SANTOS, Antônio Luís Parlandinos, **ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA SURDA: CONCEPÇÕES E IDENTIDADES** disponível em <periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/download/14059/7993> Acesso em 30/03/2017.

MAZZOTTA, J.S.Marcos. **EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL:** História e Políticas Públicas- 5ª Ed- São Paulo: Cortez, 2005.

MILEO, Thaisa Rodbard, KOGUT, Maria Cristina. **A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E A INFLUÊNCIA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA** 2009. disponível em <www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3000_1750.pdf> Acesso em 30/03/2017.

MIRANDA, Bertoldo Aparecida Arlete. **HISTÓRIA, DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL** disponível em <docplayer.com.br/8634951-Historia-deficiencia-e-educacao-especial-1.html>2003. Acesso em 29/03/2017

MACHADO, Lucylene Matos da Costa Vieira, **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SURDOS CAPIXABAS: ATITUDE DO MESTRE,** 2012. Disponível em <www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/VSeminarario/.../252_1_1.pdf> Acesso em 19/04/2017

ROSA, Emiliana Faria; **EDUCAÇÃO DE SURDOS E INCLUSÃO: CAMINHOS E PERSPECTIVAS ATUAIS,** 2011. Disponível em <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2132/1907>> Acesso em 19/03/2017.

SCALIANTE, Alexandra Pereira de Souza; **A INCLUSÃO DO ALUNO PORTADOR DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO ENSINO COMUM** 2012; Disponível em <repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4677/.../MD_EDUMTE_I_2012_02.pdf> em Acesso em 19/03/2017



Dos autores:

¹Aluna do 8º período do curso de Pedagogia da UNIFIMES-2017 Mineiros – GO

²Professora do curso de Pedagogia da UNIFIMES e orientadora deste trabalho de TCC, Mineiros, Go
Irondina@fimes.edu.br

³Professora do Curso de Pedagogia da UNIFIMES-2017 Mineiros – GO.

